

CENTRAIS SINDICAIS QUEREM SALÁRIO MÍNIMO DE R\$560

SP 1º/09/2010

Na primeira reunião para discutir o reajuste real para o mínimo que vai vigorar a partir de janeiro, as centrais sindicais propuseram um valor de R\$560. Esse, no entanto, deve ser o ponto de partida para a negociação com o governo e o Congresso. Esse valor representaria uma variação de 9,8% em relação aos R\$510 atuais, e quase 4% de aumento real (acima da inflação).

Na proposta orçamentária enviada ao Congresso, anteontem, o governo, seguindo a regra de valorização do salário mínimo, estabeleceu o piso salarial do país em R\$538,15, com correção apenas da inflação de 2010 (5,5%), já que o PIB do ano anterior (2009) - índice que se soma à inflação para o reajuste do mínimo - foi negativo.

Em nota, dirigentes das centrais sindicais, entre elas CUT e Força Sindical, explicam que chegaram a esse valor arredondado para cima depois de aplicar a reposição da inflação do período (5,52% pelo INPC), e ainda 3,8%, fruto da média do PIB de 2006 a 2009.

Antes da reunião de ontem, a posição das centrais, em especial da Força Sindical, era aplicar o PIB previsto para 2010, em torno de 7%, o que elevaria o mínimo para R\$570 em 2011. Um indicativo de que a proposta de R\$560 é mesmo o ponto de partida das negociações.

Ontem, o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva sinalizou que deixará para o Congresso a definição do reajuste:

- Vocês percebem que até lá vai ter alguém para fazer esse jogo que não seja eu.

A proposta das centrais, se aprovada, elevará o impacto nas contas da Previdência para R\$14,3 bilhões, contra os R\$8,06 bilhões da proposta original do governo (R\$538,15). Segundo o Ministério do Planejamento, cada real concedido como aumento ao mínimo causa um impacto de R\$286,4 milhões no INSS (ou cada ponto percentual causa um rombo de R\$1,46 bilhão).

O secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, disse que as centrais seguiram o conselho do próprio ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que disse, na véspera, que se poderia arredondar os R\$538,15 para R\$540 nas negociações com o Congresso.

- Aproveitando a deixa do ministro, arredondamos o valor. Agora, entraremos em contato com o governo - disse.

As centrais querem iniciar imediatamente as negociações, mas elas só devem começar quando o Congresso voltar do recesso branco eleitoral e quando o país tiver um novo presidente eleito, que terá participação nas discussões.

Representantes da CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CGTB e Nova Central se reuniram em São Paulo para discutir o assunto. Em nota, pedem abertura imediata de negociação do governo com as centrais e propõem o valor arredondado de R\$560.

As entidades dizem que isso não contraria o cumprimento da atual regra. Explicam que adotaram a média do PIB dos últimos anos e lembraram que a política de valorização do mínimo tem ajudado no fortalecimento do mercado interno, essencial para o desenvolvimento soberano do país.